

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Praça da Matriz, 73 - CEP 17230-000 - ITAPUÍ - SP Fone (14) 3664-8040

> PROJETO DE LEI N°. 01/2013 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO NO EXERCICIO DE 2013 FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ EDUARDO AMANTINI, Prefeito Municipal de Itapuí/SP, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Artigo 1º)- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado no exercício de 2013 à firmar convênio com à seguinte entidade:

§ 1º – ASSOCIAÇÃO EDUCADORA BENEFICIENTE HOSPITAL MATERNIDADE SÃO JOSÉ DE ITAPUÍ:

- a) Ajuste econômico, para subvencionar os plantões médicos a distância, na unidade de internação do hospital, nas clínicas: médica, obstétrica, pediátrica, anestesia e outras se houver. O valor estimado do presente ajuste é de até R\$ 420.000,00,(Quatrocentos e vinte mil reais), divididos em até 10 parcelas, de R\$ 42.000,00 ( quarenta e dois mil reais), mensais, a serem liberadas até o dia 25 de cada mês, com a seguinte dotação orçamentária: 10-saude 10-01 atenção básica 3.3.50.43 subvenções sociais.
- b) Ajuste econômico, para subvencionar os Plantões médicos na unidade do Pronto Atendimento nas 24 horas do dia. O valor estimado desse convenio é de R\$ 594.000,00 ( quinhentos e noventa e quatro mil reais), divididos em até 10 parcelas no valor de R\$ 59.400,00 ( Cinqüenta e nove mil e quatrocentos ), mensais, a serem liberadas até o dia 25 de cada mês. O valor do plantão médico por 12 horas será de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) para dias normais e de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais) para feriados nacionais, com a seguinte dotação orçamentária: 10-saude 10-01 atenção básica 3.3.50.43 subvenções sociais.

Artigo 2°)- A entidade recebedora de recursos através de Convênio deverá observar para fins de REQUERIMENTO e PRESTAÇÃO DE CONTAS as regulamentações constantes na Instrução Normativa nº. 02/2008 – área municipal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Lei Federal nº. 8.666/1993 e Lei Municipal nº 2.439 de 20 de outubro de 2011, sem prejuízo da apresentação de demais documentos que a municipalidade julgar necessário para a liberação dos recursos.

Artigo 3º) - Para cumprimento desta Lei fica autorizado as alterações necessárias na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2013, e na Lei que estima receita e fixa despesa do município de Itapuí para o exercício de 20132.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÍ

Praça da Matriz, 73 - CEP 17230-000 - ITAPUÍ - SP Fone (14) 3664-8040

Artigo 4°) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itapuí, 22 de fevereiro de 2013.

JOSÉ EDUARDO AMANTINI

Prefeito Municipal

APROVADO COMO OBJETO DE DELIBERAÇÃO

S.S. 04 1 08 12.0

PRESIDENTE

A requerimento verbal do nobre vereador

aprovado por, umani midade o presente projeto foi despachado para a Ordem do Dia da presente sessão, com dispensa de parecer das comissões.

S. S. 04 100 72013

PRESIDENTE

APROVADO POR UNANIMIDADE EM DISCUSSÃO ÚNICA.

5.04

PRESIDENTE

#### MINUTA DE CONVÊNIO Nº. /2013

AJUSTE DE OBRIGAÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL **BENEFICIENTE EDUCADORA** ASSOCIAÇÃO F **ITAPUI** MATERNIDADE SÃO JOSÉ DE ITAPUÍ, OBJETIVANDO MÚTUA COOPERAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS EM SAÚDE.

O Município de Itapuí, com sede na cidade de Itapuí - SP, na Praça da Matriz n.º 73 -Centro, neste ato representado pelo Prefeito Sr. José Eduardo Amantini, portador do RG n.º e CPF n.º, doravante designado simplesmente município, e ASSOCIAÇÃO EDUCADORA BENEFICIENTE HOSPITAL MATERNIDADE SÃO JOSÉ DE ITAPUÍ, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 50.951.805/0005-12, com sede a Avenida Paes de Barros nº 326, neste Município, neste ato representada pela sua Diretora Administrativa, Irmã Eva de Souza, brasileira, solteira, enfermeira, residente e domiciliada, na Rua 7 de Setembro/n/n, nesta cidade, doravante denominada CONVÊNIADA, celebram o presente Ajuste, nos termos das Leis Municipais nº. 2.439/2011, e Lei Federal 8.666/1993 sobre as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos participes, de atividades destinadas à prestação de serviços de atendimento a população observados os princípios, e Plano de Trabalho que constitui parte integrante deste Convênio.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do Município:

I - Transferir os recursos financeiros a título de subvenção municipal, consignados na cláusula Quarta do presente ajuste, mediante requerimento formal da entidade que deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal – setor de contabilidade.

II – Apoiar tecnicamente a ENTIDADE na execução das atividades objeto deste ajuste;

III - Promover o treinamento dos recursos humanos necessários à execução do objeto, sempre que necessário;

IV – Supervisionar, acompanhar e avaliar, qualitativa e quantitativamente, os serviços prestados pela ENTIDADE em decorrência deste Ajuste;

V – Examinar e aprovar as prestações de contas dos recursos financeiros repassados à

ENTIDADE; VI - Assinalar prazo para que a ENTIDADE adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste ajuste, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo da retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;

VII - Comunicar ao Conselho Municipal de Saúde as irregularidades verificadas e não sanadas pela ENTIDADE quanto à qualidade dos serviços prestados e quanto à aplicação

dos recursos financeiros transferidos;

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

São obrigações da ENTIDADE:

I – Executar o programa a que se refere à cláusula Primeira, a quem deles necessitar, na

conformidade do Plano de Trabalho:

II – Zelar pela manutenção dos padrões de qualidade dos serviços prestados, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas pelo MUNICÍPIO e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social e de Saúde;

III - Proporcionar amplas e iguais condições à população abrangidas pelos serviços

assistenciais, sem discriminação de qualquer natureza;

IV - Manter recursos humanos e materiais e equipamentos sociais adequados e compatíveis com o atendimento dos serviços que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos deste ajuste;

V - Aplicar integralmente os recursos financeiros repassados pelo MUNICÍPIO na prestação dos serviços objeto deste ajuste, conforme estabelecidos na Cláusula Primeira; VI – Prestar contas ao MUNICÍPIO, de acordo com a Lei nº. 2.439/2011 e Lei 8.666/1993

e instrução municipal nº. 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

VII - Manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos, bem como a relação nominal dos atendidos, atualizados e em boa ordem, sempre à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo do Conselho Municipal de Assistência Social e de Saúde, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização dos recursos financeiros recebidos;

VIII - Assegurar ao Município e ao Conselho Municipal de Assistência de Saúde as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação da

execução e dos resultados os serviços objeto deste ajuste;

IX - Autorizar a afixação, em suas dependências, em local de fácil visualização, das informações e orientações sobre os serviços prestados e da participação dos governos Federal, Estadual e Municipal nos programas cujos recursos tenham origem das disposições deste ajuste.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

a) Ajuste econômico, para subvencionar os plantões médicos a distância, na unidade de internação do hospital, nas clínicas: médica, obstétrica, pediátrica, anestesia e outras se houver. O valor estimado do presente ajuste é de 420.000,00,(Quatrocentos e vinte mil reais), divididos em até 10 parcelas, de R\$ 42.000,00 ( quarenta e dois mil reais), mensais, a serem liberadas até o dia 25 de cada mês.

b) Ajuste econômico, para subvencionar os Plantões médicos na unidade do Pronto Atendimento nas 24 horas do dia. O valor estimado desse convenio é de R\$ 594.000,00 ( quinhentos e noventa e quatro mil reais), divididos em até 10 parcelas no valor de R\$ 59.400,00 ( Cinquenta e nove mil e quatrocentos ), mensais, a serem liberadas até o dia 25 de cada mês. O valor do plantão médico por 12 horas será de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) para dias normais e de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais) para feriados nacionais.

A liberação de cada parcela, nos itens acima citados, será sempre até o dia 25 de cada

mês.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

- I A liberação dos recursos de que trata este ajuste fica subordinada à correta aplicação das normativas pertinentes a matéria, especialmente a observância do disposto na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nº. 02/2008 área municipal, Lei 8.666/1993 e Lei Municipal 2.439/2011 para fins requerimento e prestação de contas, sem prejuízo da observância de Leis municipais e outros dispositivos que tratem sobre o assunto.
- II Constatado qualquer tipo de irregularidade quanto à aplicação e destinação dos recursos recebidos fica a entidade impedida de receber os valores constantes deste termo e outros repasses, até que seja o apontamento sanado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O referido ajuste se encerrará no dia 31 de Dezembro de 2013.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ENTIDADE prestará contas ao MUNICÍPIO, da seguinte forma:

I - Prestação de contas anual, de acordo com as instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e Lei nº. 2.439/2011 e Lei 8.666/1993;

## CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste ficarão sob encargo do órgão municipal responsável pela execução da política municipal de saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde.

O município indicará Gestor do presente Convênio, através de ofício, sendo que o mesmo zelará pelo fiel cumprimento das clausulas do presente Convenio.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO

A ENTIDADE compromete-se a restituir, no prazo de 30 (trinta) dias, os valores repassados pelo MUNICÍPIO, atualizado pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, a partir da data de seu recebimento, nas seguintes hipóteses:

- a) Não execução do objeto deste convênio;
- b) Não apresentação do relatório de execução físico-financeira:
- c) Utilização dos recursos financeiros em atividade diversa da estabelecida;

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECISÃO E DA RENÚNCIA





Oficio nº 065/2013

Itapuí, 06 de março de 2013.

Senhor Prefeito

Através do presente, cumpre-nos encaminhar a sanção de Vossa Excelência cópia dos Projetos de Lei abaixo relacionados:

Projeto de Lei nº 001/2013, Prefeito Municipal, autoriza o Poder Executivo no exercício de 2013 firmar convênio com Entidade que especifica e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 002/2013, Prefeito Municipal, autoriza o Poder Executivo no exercício de 2013 firmar convênio com Entidade que especifica e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 003/2013, Prefeito Municipal, autoriza o Poder Executivo no exercício de 2013 à realizar repasse à entidade que especifica mediante convênio e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 004/2013, Prefeito Municipal, autoriza o Poder Executivo no exercício de 2013 a firmar convênio, conceder auxilio, subvenção, contribuição e/ou repasse à Entidade que especifica e dá outras providencias.

Projeto de Lei nº 005/2013, Prefeito Municipal, autoriza o Poder Executivo no exercício de 2013 a repassar recursos à Entidade que especifica mediante convênio e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 006/2013, Prefeito Municipal, autoriza a Prefeitura Municipal de Itapuí a receber recursos de convênio firmado com a Secretária de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 007/2013, Prefeito Municipal, autoriza o Poder executivo no exercício de 2013 a realizar repasse à Entidade que especifica e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 008/2013, Prefeito Municipal, autoriza o Poder Executivo no Exercício de 2013 firmar convênio com entidade que especifica e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 009/2013, Prefeito Municipal, autoriza o Poder Executivo no exercício de 2013 à realizar acordo de cooperação mútua, à Entidade que especifica mediante convênio e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, nossos protestos de estima e consideração.

Presidente

Exmo. Sr.

JOSÉ EDUARDO AMANTINI
DD. Prefeito Municipal de
Itapuí- S. Paulo



AUTOGRAFO Nº 002/2013 PROJETO DE LEI Nº. 01/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO NO EXERCICIO DE 2013 FIRMAR CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, DECRETA:.

Artigo 1º)- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado no exercício de 2013 à firmar convênio com à seguinte entidade:

§ 1º – ASSOCIAÇÃO EDUCADORA BENEFICIENTE HOSPITAL MATERNIDADE SÃO JOSÉ DE ITAPUÍ:

- a) Ajuste econômico, para subvencionar os plantões médicos a distância, na unidade de internação do hospital, nas clínicas: médica, obstétrica, pediátrica, anestesia e outras se houver. O valor estimado do presente ajuste é de até R\$ 420.000,00,(Quatrocentos e vinte mil reais), divididos em até 10 parcelas, de R\$ 42.000,00 ( quarenta e dois mil reais), mensais, a serem liberadas até o dia 25 de cada mês, com a seguinte dotação orçamentária: 10-saude 10-01 atenção básica 3.3.50.43 subvenções sociais.
- b) Ajuste econômico, para subvencionar os Plantões médicos na unidade do Pronto Atendimento nas 24 horas do dia. O valor estimado desse convenio é de R\$ 594.000,00 ( quinhentos e noventa e quatro mil reais), divididos em até 10 parcelas no valor de R\$ 59.400,00 ( Cinqüenta e nove mil e quatrocentos ), mensais, a serem liberadas até o dia 25 de cada mês. O valor do plantão médico por 12 horas será de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) para dias normais e de R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais) para feriados nacionais, com a seguinte dotação orçamentária: 10-saude 10-01 atenção básica 3.3.50.43 subvenções sociais.

Artigo 2°)- A entidade recebedora de recursos através de Convênio deverá observar para fins de REQUERIMENTO e PRESTAÇÃO DE CONTAS as regulamentações constantes na Instrução Normativa nº. 02/2008 – área municipal do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Lei Federal nº. 8.666/1993 e Lei Municipal nº 2.439 de 20 de outubro de 2011, sem prejuízo da apresentação de demais documentos que a municipalidade julgar necessário para a liberação dos recursos.

Artigo 3°) - Para cumprimento desta Lei fica autorizado as alterações necessárias na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2013, e na Lei que estima receita e fixa despesa do município de Itapuí para o exercício de 20132.





Artigo 4º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPUÍ, 05 de março de 2013

SILENE VALINI

Presidente

MARIA CLÉLIA VIARO PICHELLI

Secretária